



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

185

Habeas Corpus nº: 0204834-6  
Comarca: Triunfo (Vara Única)  
Impetrante: Béis. Paulo Fernando de Moura Barros Filho e Luiz Henrique de Lima Vasconcelos  
Paciente: Maria do Socorro Costa da Silva  
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal  
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade  
Procurador de Justiça Criminal: Dra. Janeide Oliveira de Lima

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIMINAR. Suposto excesso de prazo. Inocorrência. Feito no curso normal. Princípio da Razoabilidade. Súmula nº 84 do TJPE. Alegação de ilegalidade da preventiva. Inexistência. Decisão fundamentada e com todos os requisitos legais exigidos. Inteligência da Súmula nº 86 do TJPE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0204834-6 da Vara Única da Comarca de Triunfo-PE, em que figuraM, como impetrantes, os Béis. Paulo Fernando de Moura Barros Filho e Luiz Henrique de Lima Vasconcelos e, como paciente, Maria do Socorro Costa da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em DENEGAR a presente ordem de Habeas Corpus, tudo consoante consta do relatório e voto em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 09 de julho de 2010.

Des. Romero de Oliveira Andrade  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

186

Habeas Corpus nº: 0204834-6  
Comarca: Triunfo (Vara Única)  
Impetrante: Beis. Paulo Fernando de Moura Barros Filho e Luiz Henrique de Lima Vasconcelos  
Paciente: Maria do Socorro Costa da Silva  
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal  
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade  
Procurador de Justiça Criminal: Dra. Janeide Oliveira de Lima

### RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelos Beis. Paulo Fernando de Moura Barros Filho e Luiz Henrique de Lima Vasconcelos, OAB-PE 19.577 e 21.371, respectivamente, em favor de **MARIA DO SOCORRO COSTA DA SILVA**, devidamente qualificada nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Triunfo -PE.

Consta dos autos que a paciente foi presa, preventivamente, e denunciada, juntamente com dois outros agentes, por infração aos arts. 129, §2º, IV, c/c arts. 148, 29 e 69, todos do Código Penal (fls. 02/10).

Alegam os impetrantes que a prisão preventiva da paciente é totalmente desfundamentada e desnecessária, já que não existe qualquer fato concreto que justifique a decretação da medida extrema da prisão.

Além disso, existiria nos autos um evidente excesso de prazo, já que, passados mais de 03 (três) meses da segregação da paciente, a audiência de instrução e julgamento sequer foi marcada.

Sendo assim, requerem o deferimento do presente pedido via liminar, com o consequente relaxamento de prisão e a expedição do competente Alvará de Soltura em favor da paciente.

A inicial veio acompanhada de documentos (fls.11/14).

O pedido de liminar constante da peça inaugural foi indeferido (fls.21/22).



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

187

Informações foram solicitadas à autoridade coatora, através do ofício nº 536/2009, de 17 de dezembro de 2009 (fls.23).

Em 20 de janeiro de 2010, a autoridade apontada como coatora prestou as informações solicitadas, ofício nº 058/2010, permitindo-me observar andamento processual até a referida data (fls.27/28).

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria em Matéria Criminal, na pessoa da Procuradora de Justiça Dra. Janeide Oliveira de Lima, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls.).

É o relatório.

Recife, 09 de Janeiro de 2010

Des. Romero de Oliveira Andrade  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

188

Habeas Corpus nº: 0204834-6  
Comarca: Triunfo (Vara Única)  
Impetrante: Béis. Paulo Fernando de Moura Barros Filho e Luiz Henrique de Lima Vasconcelos  
Paciente: Maria do Socorro Costa da Silva  
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal  
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade  
Procurador de Justiça Criminal: Dra. Janeide Oliveira de Lima

#### VOTO DO RELATOR

Senhor Presidente,  
Senhores Desembargadores,  
Senhor(a) Procurador(a),

Consta dos autos que a ré foi presa, preventivamente, e denunciada, juntamente com dois outros agentes, por infração aos arts. 129, §2º, IV, c/c art. 148, art. 29 e 69 do Código Penal (fls. 02/10).

Alegam os impetrantes que a prisão preventiva da paciente é totalmente desfundamentada e desnecessária, já que não existe qualquer fato concreto que justifique a decretação medida extrema da prisão.

Além disso, existiria nos autos um evidente excesso de prazo, já que, passados mais de 03 (três) meses da segregação da paciente, a audiência de instrução e julgamento sequer foi marcada

Todavia, compulsado os autos, verifico que o inconformismo do impetrante não merece acolhimento.

No caso em apreço, segundo as informações prestadas pela autoridade impetrada, verifica-se que o feito está com seu curso normal, dentro da realidade processual brasileira, tendo o processo ficado parado por um certo tempo por culpa da própria defesa, pois a paciente, mesmo tendo sido citada em 31/07/2009, só juntou a defesa preliminar em 13/12/2009, ocasião na qual a autoridade apontada como coatora marcou a data de realização da audiência para o dia 04/02/2010, que foi realizada,



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

189

consoante se verifica na movimentação processual em anexo ao presente voto.

Assim, não há que se falar em coação ilegal por excesso de prazo, pois o processo encontra-se com o seu curso normal, ainda mais quando se leva em conta o número de réu (no caso, são três denunciados) e a necessidade de expedição de carta precatória para ouvida de testemunhas.

A guisa de esclarecimentos, trago a colação alguns julgados recentes:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE DEFESA PRÉVIA DE CÔRREU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE DA PROVA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI E PERICULOSIDADE DOS AGENTES. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE JUSTIFICADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ART. 312 DO CPP. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DE CULPA. COMPLEXIDADE DO FEITO (ELEVADO NÚMERO DE RÉUS). AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. (...) 5. O excesso de prazo para o término da instrução criminal, segundo pacífico magistério jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando circunstâncias excepcionais que venham a retardar a instrução criminal e não se restringindo à simples soma aritmética de prazos processuais. 6. Tratando-se de ação penal complexa, com grande número de réus denunciados, justifica-se a exasperação do prazo na conclusão da instrução criminal. (...) 8. Ordem denegada. (STJ: HC nº HC 130987 / BA HABEAS CORPUS 2009/0044127-2, Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA (1128), T5 - QUINTA TURMA, Data de Julgamento: 03/08/2009). (grifos nossos)

Cumprido, ainda, destacar a Súmula nº 84 do TJPE: "Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto".

Quanto à suposta ilegalidade da prisão preventiva da paciente, melhor sorte não teve a defesa.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

42  
12  
190

A prisão preventiva é uma medida acautelatória que visa resguardar o processo e sua execução, não se baseando em um juízo de culpabilidade, porém no juízo de periculosidade do agente. No momento de sua decretação, avalia-se se os requisitos para adoção da medida estão presentes e não o mérito da imputação.

No caso em apreço, pelas informações prestadas pela autoridade impetrada e pela cópia da decisão, verifica-se que a segregação cautelar da paciente é necessária, estando o decreto devidamente fundamentado e presentes todos os requisitos legais exigidos.

Trago à colação:

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO EM 16.10.08. LIBERDADE PROVISÓRIA DEFERIDA. CASSAÇÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE EM SITUAÇÃO DE FORAGIDO. POSSIBILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. PARECER MINISTERIAL PELA DENEGAÇÃO DO WRIT. ORDEM DENEGADA. 1. Sendo indubitosa a ocorrência do crime e presentes suficientes indícios de autoria, não há ilegalidade na decisão que determina a prisão preventiva, se presentes os temores receados pelo art. 312 do CPP. 2. In casu, a segregação provisória fundamentou-se na preservação da ordem pública e na garantia da aplicação da lei penal, tendo sido elencadas justificativas deveras concretas, aptas a embasar a medida constritiva, como o fato de que o paciente foi preso em flagrante em situação de foragido, pois que cumpria pena por outro delito, além da existência de maus antecedentes, indicando, pois, concreta possibilidade de reiteração criminosa, e, ainda, o fato de atribuir-se falsa identidade quando preso em flagrante, demonstrando a intenção de frustrar a aplicação da lei penal. 3. A preservação da ordem pública não se restringe às medidas preventivas da irrupção de conflitos e tumultos, mas abrange também a promoção daquelas providências de resguardo à integridade das instituições, à sua credibilidade social e ao aumento da confiança da população nos mecanismos oficiais de repressão às diversas formas de delinquência. 4. Ordem denegada, em conformidade com o parecer ministerial.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

191

(STJ: HC nº 140434 / RS, HABEAS CORPUS 2009/0124767-8,  
Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133),  
Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA, Data da Publicação: DJe  
01/02/2010)

Sendo assim, não qualquer elemento que possa fundamentar a concessão da liberdade requerida, especialmente diante da gravidade do delito praticado pela mesma.

Registre-se, por fim, que os predicados pessoais favoráveis da paciente, por si só, não constituem elementos que autorizem a concessão de sua liberdade, consoante dispõe a Súmula nº 86 do TJPE.

ISTO POSTO, acolhendo o parecer oferecido pelo Órgão Ministerial *ad quem*, voto pela DENEGAÇÃO da ordem.

É como voto.

Recife, 09 de *Novembro* de 2010

*[Assinatura]*  
DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE  
Relator